



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

Processo n. 132.394/12

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
N. 2017/007.0

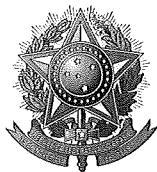
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E A CÂMARA MUNICIPAL
DE JOÃO PESSOA/PB, OBJETIVANDO A
ADOÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS
VISANDO À TRANSMISSÃO DA REDE
DE TV NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Aos 30 dias do mês de maio de dois mil e
dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três
Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, neste
ato representada pelo seu Presidente, o Deputado RODRIGO MAIA,
brasileiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, doravante denominada
simplesmente CÂMARA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA -
PB, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09283482-
0001-09, localizada na Rua das Trincheiras, 46, João Pessoa – PB, neste ato
representada por seu Presidente, o Vereador Marcos Vinícius Tales Nóbrega,
residente e domiciliado em João Pessoa - PB, doravante denominada
simplesmente CÂMARA MUNICIPAL, celebram o presente Acordo, em
conformidade com as disposições contidas no Regulamento dos
Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da
Mesa nº 80/01, de 7/6/01, publicado no D.O.U de 5/7/01, doravante
denominado simplesmente REGULAMENTO, e a Lei nº 8.666, de 21/7/93,
doravante denominada LEI, de acordo com as cláusulas e condições a seguir
enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objetivo as ações conjuntas realizadas
visando à transmissão dos sinais das emissoras dos partícipes na cidade de
João Pessoa/PB, por meio do canal 52, consignado à CÂMARA pelo
Ministério das Comunicações.

Parágrafo primeiro - A Estação de Radiodifusão de Televisão
instalada na cidade de João Pessoa/PB consiste de uma torre de transmissão
com toda infraestrutura necessária para a instalação dos transmissores,
sistema irradiante e demais equipamentos acessórios, com a função de captar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

e transmitir os sinais de sons e imagens da televisão em canal aberto, conforme as normas técnicas aprovadas pela Associação Brasileiro de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo segundo - Os partícipes, para a transmissão dos sinais, além da legislação constante do preâmbulo, comprometem-se a cumprir a legislação que regula a atividade de radiodifusão e, em particular, as seguintes:

- a) Lei n. 4.7117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- b) Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) Resoluções n. 284, de 07 de dezembro de 2001; e 398, de 7 de abril de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- d) Normas Brasileiras aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relacionadas ao padrão de transmissão de televisão analógica adotado pelo Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Cabe à CÂMARA:

I. Efetuar o pagamento de todas as taxas destinadas ao FISTEL relativas ao canal de TV consignado, estabelecidas pela Lei n. 9.472, de 16 de julho 1997 (Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência - PPDUR, Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI e Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF), bem como pelo pagamento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - CFRP, definida pela Lei n. 11.652, de 07 de abril de 2008;

II. Responsabilizar-se pelo envio de documentos e solicitações para o Ministério das Comunicações e para a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e por toda e qualquer comunicação com esses órgãos referente ao canal de TV consignado, tais como a solicitação de autorização de uso de radiofrequência e a solicitação de análise de projeto de instalação de estação;

III. Comunicar imediatamente à CAMARA MUNICIPAL qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de João Pessoa/PB.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Cabe à CÂMARA MUNICIPAL:

- I. Responsabilizar-se pela elaboração do projeto técnico e de toda a documentação acessória exigida para a instalação da estação de radiodifusão sonora, para o seu licenciamento e para eventuais alterações de características técnicas, conforme legislação vigente;
- II. Responsabilizar-se pela disponibilização de uma torre de transmissão na cidade de João Pessoa/PB, de acordo com aspectos técnicos necessários para o bom funcionamento do sistema, acordados pelas equipes técnicas dos partícipes;
- III. Responsabilizar-se pela aquisição e instalação de todos os equipamentos necessários à emissão dos sinais da emissora de televisão na cidade de João Pessoa/PB, instalados na torre de transmissão da Estação Radiodifusora de Televisão, tais como transmissores, sistema irradiante, equipamentos de *Down-link*, entre outros;
- IV. Assumir todas as despesas de custeio da Estação Radiodifusora de Televisão, tais como aluguel, condomínio, energia elétrica, no-break, água, refrigeração, telefone, dentre outras necessárias para o bom funcionamento dos equipamentos para a transmissão dos sinais na cidade de João Pessoa/PB.
- V. Responsabilizar-se pela guarda, manutenção e conservação dos equipamentos e serviços, necessários à transmissão dos sinais na cidade de João Pessoa/PB;
- VI. Comunicar imediatamente ao partícipe qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de João Pessoa/PB;
- VII. Responsabilizar-se pela operação da Estação Radiodifusora de Televisão e pelo monitoramento da qualidade dos sinais captados e irradiados, em tempo integral e ininterruptamente, durante toda execução da transmissão na cidade de João Pessoa/PB
- VIII. Responsabilizar-se pela transmissão da propaganda político-partidária na esfera municipal, segundo a legislação eleitoral vigente;
- IX. Responsabilizar-se pela gravação e armazenamento da programação diária da emissora efetivamente irradiada, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto n. 52.795, mantendo o registro por um período mínimo de 30 (trinta) dias;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

- X. Disponibilizar à CÂMARA acesso remoto via internet a gravação de que trata o item anterior;
- XI. Encaminhar à CÂMARA a gravação de que trata o item IX sempre que solicitado;
- XII. Disponibilizar à CÂMARA o sinal de áudio efetivamente irradiado pela emissora, de maneira contínua via internet;
- XIII. Manter responsável técnico pela estação de radiodifusão nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Acordo não implica compromissos financeiros entre os partícipes. O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente contratadas entre os partícipes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada uma delas, e dos recursos de outras fontes, que forem obtidos com vistas ao fiel cumprimento deste Instrumento, sem haver indenização de uma ou de outra e sem transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único – As despesas porventura decorrentes da operacionalização deste Acordo correrão à conta de contratos firmados pela CÂMARA e pela CÂMARA MUNICIPAL.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA

O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura. Qualquer alteração deverá ser realizada mediante Termo Aditivo, a critério dos partícipes.

Parágrafo primeiro – Este Acordo pode ser denunciado por qualquer dos partícipes, por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo segundo - A eventual denúncia deste instrumento não prejudicará a execução das ações que tenham sido instituídas, devendo as atividades ser desenvolvidas normalmente até a sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados em comum entendimento entre os partícipes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo deverá ser publicado pela CÂMARA, de forma resumida, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO e no parágrafo único do artigo 61 da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA – DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consideram-se órgãos responsáveis pelo acompanhamento da execução deste Acordo a Coordenação de Rede Legislativa de Rádio e TV do Departamento de Mídias Integradas da Secretaria de Comunicação pela CÂMARA e a Diretoria da TV CÂMARA DE JOÃO PESSOA pela CÂMARA MUNICIPAL, os quais indicarão os servidores responsáveis pela fiscalização das ações e atividades desenvolvidas por meio deste Acordo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Acordo.

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Brasília, 31 de maio de 2017.

Pela CÂMARA:

Rodrigo Maia

Presidente

Pela CÂMARA MUNICIPAL:

Marcos Vinícius Sales Nobrega

Presidente

Testemunhas: 1) _____

2) _____